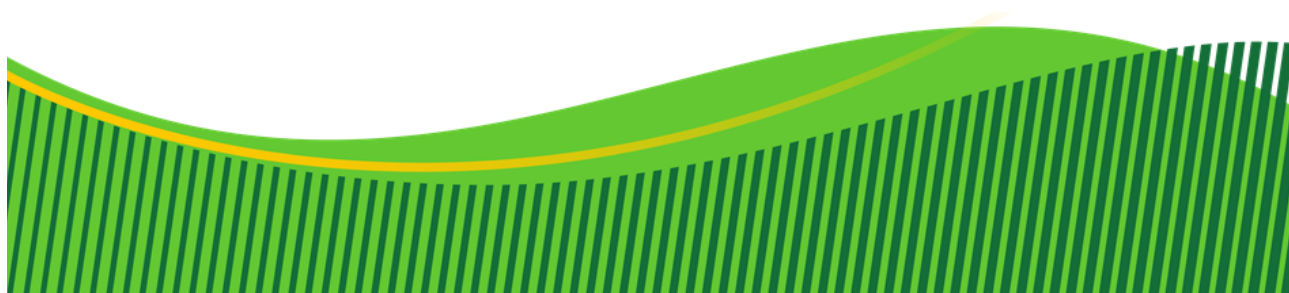


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão
Imperatriz - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	305	803
Carteira de Crédito *	3.777	3.141
Depósitos	3.774	20.480
Patrimônio Líquido	2.036	3.361
Capital	2.023	2.650
Resultado Antes das Destinações	(10)	792
Rentabilidade do PL	-0,50%	23,56%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	23.025	19.949	CIRCULANTE	8.335	3.592
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	470	37	DEPÓSITOS (NOTA 09)	7.392	3.369
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	20.113	17.910	Depósitos à Vista	7.370	3.369
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	229	-	Depósitos a Prazo	22	-
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	19.884	17.910	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	110	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	1.684	143	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	110	-
Operações de Crédito	1.715	146	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1	8
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(31)	(3)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1	8
OUTROS CRÉDITOS	758	1.859	OUTRAS OBRIGAÇÕES	832	215
Rendas a Receber	118	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos	5	-
Diversos (NOTA 06)	647	1.860	Sociais e Estatutárias	103	1
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7)	(1)	Fiscais e Previdenciárias	49	9
			Diversas (NOTA 10)	675	205
NÃO CIRCULANTE	1.759	94	NÃO CIRCULANTE	13.088	14.421
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.759	94	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.088	14.421
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	1.457	78	DEPÓSITOS (NOTA 09)	13.088	14.421
Operações de Crédito	1.484	81	Depósitos a Prazo	13.088	14.421
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(27)	(3)			
INVESTIMENTOS (NOTA 07)	289	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.361	2.030
Outros Investimentos	289	1	CAPITAL SOCIAL (NOTA 11)	2.650	2.021
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	13	15	De Domiciliados no País	4.272	2.433
Outras Imobilizações de Uso	18	17	(Capital a Realizar)	(1.622)	(412)
(Depreciação acumulada)	(5)	(2)	RESERVAS DE SOBRAS	87	1
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	624	8
TOTAL DO ATIVO	24.784	20.043	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.784	20.043

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	483	-	483	678	-	678	6	-	6
Operações de Crédito	483	-	483	678	-	678	6	-	6
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(679)	-	(679)	(1.495)	(1)	(1.496)	(82)	-	(82)
Operações de Captação no Mercado	(628)	-	(628)	(1.437)	(1)	(1.438)	(75)	-	(75)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(51)	-	(51)	(58)	-	(58)	(7)	-	(7)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(196)	-	(196)	(817)	(1)	(818)	(76)	-	(76)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	752	12	764	1.594	20	1.614	90	(18)	72
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	177	41	218	221	59	280	5	1	6
Rendas de Tarifas Bancárias	67	-	67	118	-	118	4	-	4
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(225)	(6)	(231)	(464)	(7)	(471)	(52)	(15)	(67)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 14)	(152)	(16)	(168)	(340)	(24)	(364)	(8)	(3)	(11)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(4)	(4)	-	(5)	(5)	-	(1)	(1)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 15)	938	-	938	2.147	1	2.148	151	-	151
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	(53)	(3)	(56)	(88)	(4)	(92)	(10)	-	(10)
RESULTADO OPERACIONAL	556	12	568	777	19	796	14	(18)	(4)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	-	1	1	-	1	-	14	14
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	557	12	569	778	19	797	14	(4)	10
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(4)	(4)	-	(5)	(5)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(2)	(2)	-	(3)	(3)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	557	8	565	778	14	792	14	(4)	10
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2	(2)	-	(4)	4	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	557	8	565	780	12	792	10	-	10
DESTINAÇÕES	-	-	-	(156)	(12)	(168)	(2)	-	(2)
Fates - Estatutário	-	-	-	(78)	-	(78)	(1)	-	(1)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(12)	(12)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(78)	-	(78)	(1)	-	(1)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	624	-	624	8	-	8

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão

CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.021	-	-	2.021
Resultado do período	-	-	10	10
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1)	(1)
Reserva Legal - Estatutária	-	1	(1)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	2.021	1	8	2.030
Mutações do Período	2.021	1	8	2.030
Saldos no início do período em 01/01/2017	2.021	1	8	2.030
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	8	(8)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	642	-	-	642
Baixas de capital	(13)	-	-	(13)
Resultado do período	-	-	792	792
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(78)	(78)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(12)	(12)
Reserva Legal - Estatutária	-	78	(78)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	2.650	87	624	3.361
Mutações do Período	629	86	616	1.331
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	2.392	9	227	2.628
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	271	-	-	271
Baixas de capital	(13)	-	-	(13)
Resultado do período	-	-	565	565
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(78)	(78)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(12)	(12)
Reserva Legal - Estatutária	-	78	(78)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	2.650	87	624	3.361
Mutações do Período	258	78	397	733

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão -
Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	526	763	18
Resultado do semestre/exercício	565	792	10
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(39)	(29)	8
Provisão para operações de crédito	45	52	6
Provisão para desvalorização de outros créditos	5	6	1
Depreciação do imobilizado de uso	1	3	2
Destinações ao FATES	(90)	(90)	(1)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(3.049)	1.304	15.925
(Aumento) em relações interfinanceiras ativas	(203)	(229)	-
(Aumento) em operações de crédito	(939)	(2.972)	(227)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2)	110	-
(Aumento) Redução em outros créditos	(371)	1.095	(1.860)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.929)	2.690	17.789
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	-	(7)	8
Aumento em outras obrigações	395	617	215
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.523)	2.067	15.943
Aquisição de Investimentos	(57)	(288)	(1)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(1)	(16)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(57)	(289)	(17)
Integralização de capital	271	642	2.021
Baixa de capital	(13)	(13)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	258	629	2.021
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.322)	2.407	17.947
Caixa e equivalente de caixa no início do período	22.676	17.947	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	20.354	20.354	17.947

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 19/09/2016 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	470	37
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	19.884	17.910
Total	20.354	17.947

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	1.448	1.210	2.658	177
Financiamentos	267	274	541	50
Carteira total	1.715	1.484	3.199	227

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	624	-	624	89
Total	624	-	624	89

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	2.305	256	12	1
Nível B	1,00	732	1	7	-
Nível C	3,00	483	-	15	-
Nível D	10,00	302	59	30	6
Nível H	100,00	1	-	1	-
Total (i)		3.823	316	65	7

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	45	794	808	851	2.498	315
Comércio	-	2	1	-	3	-
Outros Serviços	5	317	367	633	1.322	1
Total	50	1.113	1.176	1.484	3.823	316

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	1.427	37,32	267	84,23
50 devedores seguintes	1.624	42,47	47	14,83
100 devedores seguintes	599	15,66	2	0,95
Demais	173	4,55	-	-
Total	3.823	100	316	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	7	-
Constituição de provisão	58	7
Saldo final	65	7

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	3	6
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	14	9
Títulos e créditos a receber	624	89
Pendências a regularizar	4	1.680
Outros	2	76
Total Circulante	647	1.860

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	287	1
Sicredi Participações S.A.	1	-
Outras Participações e Investimentos	1	-
Sicredi Fundos Garantidores	1	-
Total	289	1

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central
	2017	2017	2017
Número de ações/quotas possuídas	319 ON 681 PN	1 Quotas	287.008 Quotas
Percentual de participação	0,00%	0,61%	0,21%
Capital social	874.847	164	135.798
Patrimônio líquido	893.040	240.569	153.089
Lucro líquido do exercício	16.863	35.861	3.947
Valor do investimento	1	1	287

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18	(5)	13	15
Móveis e equipamentos de uso	10%	2	(1)	1	-
Sistema de processamento de dados	20%	13	(4)	9	12
Sistema de segurança	10%	3	-	3	3
Total		18	(5)	13	15

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	7.370	-	-	7.370	3.369
Depósitos a prazo	22	-	13.088	13.110	14.421
Total	7.392	-	13.088	20.480	17.790

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	43	85
Pendências a regularizar	1	28
Operações com cartões	592	88
Demais fornecedores	2	3
Credores diversos	37	1
Total circulante	675	205

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	2.650	2.021
Total de associados	803	278

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 629 (2016 – R\$ 2.021), sendo R\$ 642 (2016 – R\$ 2.021), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 13 (2016 – R\$ 0).

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 12 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	797	10
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(335)	(4)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	1	-
Receita com atos cooperativos	327	6
Outros	2	(2)
Subtotal	330	4
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(5)	-

NOTA 13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	19.884	17.910
Investimentos (Nota 07)	289	1
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 10)	579	89
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1	-
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	2.109	149
Receita não operacional - Doação SFG	-	14
Despesas		
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 14)	1	-
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	51	7

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total
Depósitos à vista	109	1,48%
Depósitos a prazo	281	2,14%
Operações de crédito	211	6,60%

NOTA 14 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de aluguéis	1	-
Despesa de comunicação	27	3
Despesa de manutenção e conservação	2	-
Despesa de material	9	-
Despesa processamento dados	10	1
Despesa de promoções e relações públicas	9	-
Despesa de propaganda e publicidade	7	-
Despesa de serviços do sistema financeiro	62	1
Despesa de serviços de terceiros	12	-
Despesa de serviços de vigilância e segurança	65	-
Despesa de serviços de técnicos especializados	42	-
Despesa de serviços de transportes	7	-
Despesa de viagem	42	-
Outras despesas administrativas	69	6
Total	364	11

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	19	-
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	2.109	149
Reversão de provisões operacionais	18	2
Outras rendas operacionais	2	-
Total	2.148	151

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Contribuição O.C.E.	3	-
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	24	2
Contribuição Confederação Sicredi	20	-
Encargos da administração financeira	-	5
Repasse administradora de Cartões	1	-
Outras provisões operacionais	19	3
Outras despesas operacionais	25	-
Total	92	10

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 18 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	3.361	2.030
Nível I (NI)	3.361	2.030
Capital principal - CP	3.361	2.030
Capital social	2.650	2.021
Reservas de capital	87	1
Lucros acumulados	624	8
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	9.586	5.544
Margem de Capital (i)	2.115	1.310
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,06%	36,63%
Situação de Imobilização (Imob)	14	15
Índice de Imobilização (Imob / PR)	0,41%	0,74%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

José Carlos Figueiredo Fernandes
Diretor Presidente
CPF: 147.296.102-10

Sérgio Lima Vieira
Diretor Administrativo
CPF: 048.289.925-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20